

PROVÃO: O DESAFIO NA QUALIDADE E AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROVÃO: THE CHALLENGE IN THE QUALITY AND EVALUATION OF THE COURSES OF ACCOUNTING SCIENCE

*Maria Elisabeth Pereira Kraemer**

RESUMO: Com a sociedade globalizada exigindo cada vez mais qualidade, e o mercado de trabalho caçando talentos com maior nível de excelência, é fundamental investir na qualidade para não ficar em desvantagem. Portanto, só um curso superior de bom nível poderá formar profissionais bem preparados para os desafios do mundo moderno. Neste contexto, o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, propôs e o Congresso Nacional aprovou a criação, em 1995, o Exame Nacional de Cursos, chamado de PROVÃO, um instrumento para avaliar os cursos superiores brasileiros, diagnosticar as deficiências e contribuir para melhorar a qualidade da educação. O objetivo do Provão é ser uma ferramenta para a melhoria da qualidade desse nível de ensino, e vários indicadores mostram que isso tem efetivamente acontecido. É verificar a aquisição e a capacidade de uso das competências e habilidades gerais pertinentes às áreas avaliadas.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação, Ensino Superior, Qualidade, Ciências Contábeis

ABSTRACT: With the globalized society demanding quality, and the labor market more and more hunting talents with larger excellence level, it is fundamental to invest in the quality for not being in disadvantage. Therefore, a superior course of good level can only form very prepared professionals for the challenges of the modern world. In this context, the Ministry of the Education, Paulo Renato Souza, proposed and the National Congress approved the creation, in 1995, the National Exam of Courses, called PROVÃO, an instrument to evaluate the Brazilian superior courses, to diagnose the deficiencies and to contribute to improve the quality of the education. The objective of Provão is to be a tool for the improvement of the quality of that teaching level, and several indicators show that that has been happening indeed. It is to verify the acquisition and the capacity of use of the competences and pertinent general abilities to the appraised areas.

KEY-WORDS: Evaluation, Higher Education, Quality, Accounting Sciences

* Professora e Membro da Equipe de Ensino e Avaliação na Pró-reitoria de Ensino da UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí - Itajaí – SC, Mestre em Relações Econômicas Sociais e Internacionais pela Universidade do Minho-Portugal. Doutoranda em Ciências Empresariais pela Universidade do Museu Social da Argentina. E-mail: beth.kraemer@terra.com.br.

1 – INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação e do Desporto consolidou, em 1996, a avaliação do ensino de graduação, prática que colocou na pauta do debate nacional a importância da qualidade do ensino de graduação para sustentar o processo de desenvolvimento do país.

A divulgação dos resultados gera um amplo debate na comunidade acadêmica na busca da superação de dificuldades e promoção de avanços. Essa mobilização a favor da qualidade da educação é uma vitória da parceria do governo com a sociedade e, mais especialmente, com os graduandos que participam das provas.

Pela avaliação, passa o caminho da melhoria da qualidade do ensino que permite a formação de profissionais preparados para competirem no mercado global e de cidadãos capazes de responderem às necessidades e exigências de nossa sociedade.

Com a sociedade globalizada exigindo cada vez mais qualidade e o mercado de trabalho caçando talentos com maior nível de excelência, é fundamental investir na qualidade para não ficar em desvantagem. Portanto, só um curso superior de bom nível poderá formar profissionais bem preparados para os desafios do mundo moderno.

O Exame Nacional de Cursos só admite uma resposta: a da excelência dos cursos que todos queremos e que a sociedade reivindica. De acordo com o MEC (1997: 3) os graduandos, ao participar seriamente das provas, estão dizendo que querem mais de seus cursos, instituições e professores. Uma atitude saudável e inteligente para os que estão investindo no futuro.

Como diz CASTRO (2001: 6) de modo geral, as instituições têm, hoje, se compararmos com os primeiros resultados, melhorado a qualificação do seu corpo docente e sua infra-estrutura.

2 - IMPLANTAÇÃO

A Lei nº 9131, de 24 de novembro de 1995, criou o Conselho Nacional de Educação e estabeleceu um processo periódico de credenciamento com base em avaliações abrangentes para as instituições de educação superior, inclusive as universidades. Foi com

esse objetivo, promulgado em 10 de outubro de 1996, que surgiu o Decreto nº 2026, dispondo sobre o sistema de avaliação no qual se insere o Exame Nacional de Cursos.

Ainda a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, reitera o princípio de que o reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições de educação superior sejam validados por tempo limitado, devendo ser periodicamente renovados, após processo de avaliação.

Dessa forma, o Ministério da Educação decidiu implantar, gradativamente, o Exame Nacional de Cursos - Provão, iniciado em 1996 pelos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil, apoiado pelos conselhos profissionais e associações de ensino de graduação das respectivas áreas.

O Provão, nos últimos seis anos, deu uma mexida geral nas instituições de ensino superior, fazendo surgir uma nova mentalidade em que a avaliação é um indispensável agente de mudanças nas quais o diferencial é a qualidade.

Do sexto Exame Nacional de Cursos, realizado em 10 de junho de 2001, participaram 288.417 alunos de 3.647 cursos de 20 áreas, sendo: Administração, Agronomia, Biologia, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

Em 2002, o Provão avaliará mais quatro cursos do ensino superior. Conforme o INEP – Instituto Nacional de Estudos e pesquisas (2001) no próximo ano, dia 09 de junho de 2002, os formandos de Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem e Obstetrícia, História e Ciências Contábeis também deverão participar do Provão realizado pelo Ministério da Educação.

Segundo informação do INEP (2001), as novas áreas deverão ter cerca de 29 mil inscritos na próxima avaliação. Juntas, elas totalizam mais de mil cursos. Dentre as quatro áreas, o maior contingente de participantes será de Ciências Contábeis com mais de 13 mil formandos de 450 cursos.

3 - PRESSUPOSTOS

O Exame Nacional de Cursos tomou por base, entre outros, o pressuposto de que esta modalidade tem função diagnóstica, possibilitando, ao longo dos anos, a avaliação dos conhecimentos e das habilidades considerados básicos, adotando uma única prova, em cada área.

Outro pressuposto básico é a participação da comunidade acadêmica, dos que estão diretamente envolvidos com o ensino de graduação na sua área específica. A comunidade acadêmica está envolvida, desde a inscrição dos alunos para o Exame, em condições de concluir o curso, no ano de sua realização, até a aplicação das provas e dos questionários respondidos pelos alunos e coordenadores dos cursos. As próprias instituições subsidiam essas comissões, enviando informações sobre os projetos pedagógicos desenvolvidos nos cursos.

4 - INSTRUMENTOS

Dois tipos de instrumentos são utilizados no Exame Nacional dos Cursos – ENC: provas e questionários.

4.1 – Provas

As provas compõem-se de questões objetivas, do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas e questões discursivas ou somente discursivas, conforme o curso.

4.2 - Questionários

São aplicados três questionários no Exame Nacional de Cursos:

4.2.1 - Questionário-Pesquisa

Aplicados aos alunos inscritos no Provão, têm por objetivo não só levantar informações que permitam traçar o perfil do conjunto de graduandos mas também ouvir a voz dos graduandos sobre as condições de ensino no seu curso. Ela permitirá o planejamento de ações, na busca da melhoria da qualidade dos cursos.

Este questionário, o aluno recebe em casa, e constam perguntas do tipo: suas atividades habituais, as condições de ensino do curso, atividades acadêmicas e extra-classes, validade das aulas práticas, técnicas de ensino predominantes, domínio das disciplinas, nível de exigência do curso, instrumentos de avaliação, orientações extra-classes, principal contribuição do curso, habilidades melhor desenvolvidas, utilização de micro-computadores, laboratórios, biblioteca, atualização do acervo, maior contribuição do estágio, e ainda, questões específicas do curso, como: área de preferência no exercício profissional, fatores predominantes na escolha profissional e pretensões de aperfeiçoamento e especialização após conclusão de cursos.

Esse instrumento tem número variável de questões, dependendo do curso, e cada questão é composta de cinco alternativas.

No questionário-pesquisa, o aluno pode fazer opção por receber seus resultados individuais do Provão na sua residência, através do Boletim de Desempenho do Graduando. O Boletim apresenta a média geral do estudante e suas notas nas provas de múltipla escolha e discursiva. Para efeito de comparação, ele recebe essas mesmas informações sobre o desempenho dos alunos do Brasil, da região, do estado e da instituição onde conclui seu curso.

Além disso, o Boletim apresenta possibilidade do estudante verificar em que qual percentil dos alunos do país se localiza o seu desempenho, ou seja, se está entre os grupos de alunos com notas boas, ruins ou regulares.

De acordo com o INEP (2001) com todas essas informações, o Boletim dá ao participante do Provão a oportunidade de se avaliar em relação aos futuros colegas de profissão em todo o País e possibilita a definição de estratégias para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

E, como incentivo, a CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vai dar bolsas de mestrado ou doutorado aos estudantes que receberam as mais altas notas no Provão.

Segundo o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza,

“queremos premiar os estudantes que pelo seu esforço alcançaram as maiores notas no Provão. Esta é uma forma de incentivar os demais estudantes a se dedicarem durante o

curso, não só estudando, mas também exigindo das instituições a oferta das condições necessárias para um bom aprendizado”.

4.2.2 – Impressões sobre a prova

É composto por questões de múltipla escolha, apresentadas no final do caderno de provas. Tem como objetivo levantar a opinião do aluno sobre a qualidade e a adequação da prova e também sobre o seu desempenho na mesma.

4.2.3 – Avaliação da prova

Até o ano de 2000 era realizada só pelos coordenadores de cursos com o objetivo de avaliar a formulação e a adequação aos conteúdos/habilidades em cada questão da prova e sugestões, com vista ao seu aprimoramento.

Na busca de aprimoramento contínuo, o INEP abriu espaço para que as provas sejam também avaliadas não só pelos coordenadores dos cursos, mas também pelos professores, alunos e sociedade.

Essa participação, de acordo com o INEP (2001), é fundamental para que o Exame se torne cada vez mais adequado à avaliação dos cursos de graduação, visando que seus resultados possam fornecer informações relevantes para a orientação de ações voltadas à melhoria da qualidade desses cursos.

5 – UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

O INEP, de posse desses instrumentos, encaminha a SESU – Secretaria de Educação Superior, que é um órgão do Ministério da Educação responsável pela política e gestão do sistema nacional de ensino de graduação. A mesma utiliza os resultados do Exame Nacional para orientar suas ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

A efetiva qualidade do ensino, segundo o INEP (2001), passa obrigatoriamente pela adequada utilização de mecanismos institucionais disponíveis, sendo um deles a deliberação do Conselho Nacional de Educação – CNE quanto ao reconhecimento de cursos e habilitações, ao credenciamento e ao credenciamento periódico das instituições de ensino superior. Para a execução desse trabalho, o CNE contará com os relatórios das

avaliações dos cursos, além de outros dados decorrentes de análises de documentações e de acompanhamentos. Os relatórios das avaliações fornecerão subsídios para que o CNE desempenhe, com maior segurança, as suas atribuições legais, zelando pela qualidade do ensino brasileiro.

5.1 – Resultados da Instituição

O MEC envia anualmente para as instituições cujos cursos participaram do Provão um relatório contendo dados relevantes sobre o desempenho desses cursos, com o objetivo de fornecer informações para a auto-avaliação dos cursos e para a implementação de ações voltadas à melhoria de qualidade.

Esse relatório informa o conceito obtido pelo curso e informações estatísticas que permitem à instituição comparar seus resultados com aqueles obtidos pelos demais cursos do estado, da região e do país. Apresenta, também, o percentual de resposta de seus alunos, em cada alternativa das questões de múltipla escolha, e a média alcançada em cada questão discursiva, além de suas respostas ao questionário-pesquisa.

Esses relatórios poderão contribuir, dessa forma, para um processo de avaliação permanente das propostas, dos projetos e das práticas pedagógicas vigentes na instituição de ensino superior.

6 - ATRIBUIÇÃO DOS CONCEITOS DOS CURSOS NO ENC/2001.

Foram anunciados, dia 19 de março do presente ano, os novos critérios de avaliação do Exame Nacional de Cursos, que levarão em conta a média geral dos cursos avaliados e a distribuição de cada curso, e não apenas a média mais alta entre todas as áreas.

De acordo com o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, os critérios ficaram mais nítidos, e a mudança vai refletir a situação real da qualidade dos cursos. Como diz o ministro, “durante cinco anos, o MEC seguiu um conceito rígido de classificação das universidades: 12% das melhores obtinham A, 18% obtinham B, 40% C, 18% D e 12% E. Agora, não teremos mais esse percentual pré-determinado. Continuam valendo os conceitos A, B, C, D e E, mas não teremos mais percentis fixos para cada nota. Quando um curso

tirar A ou E é porque ele realmente se destaca entre os melhores e piores de cada área”. (Folha de São Paulo, 20/03/2001)

O diretor de Avaliação e Acesso ao Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), Tancredo Maia Filho, lembra que a mudança faz parte do processo de aperfeiçoamento do exame. “Ano a ano, o Provão vem se aperfeiçoando, procurando se consolidar como um instrumento que avalie todos os critérios da educação superior”. Explica ainda que, com o critério antigo, se todos os cursos de todas as áreas tivessem melhorado seu desempenho igualmente, ainda assim, obrigatoriamente, 12% receberiam conceito E e 18% D. A evolução positiva, portanto, não seria detectada e nem seria captada uma eventual queda de desempenho do curso.

Com essa mudança, não haverá mais engessamentos. “Agora, para obter conceito A não é suficiente estar entre os 12% das melhores notas, mas é necessário estar afastado da média geral em pelo menos um desvio-padrão”.

Para o Ministro da Educação, a mudança vai ajudar a aumentar a proporção de cursos com melhor desempenho. “O objetivo do Provão é melhorar a qualidade dos cursos; à medida que isso vai acontecendo é natural que melhore o desempenho dos cursos no Exame”.

6.1 - Exemplo de cálculo dos novos conceitos do provão

a) Considerando uma determinada área com 10 cursos e as seguintes médias:

Curso	Média do Curso	Curso	Média do Curso
Curso 01	9,2	Curso 06	41,9
Curso 02	17,4	Curso 07	48,6
Curso 03	28,2	Curso 08	50,7
Curso 04	35,6	Curso 09	55,3
Curso 05	40,2	Curso 10	58,7

Essa área terá como média geral 38,6 e um desvio padrão de 15,4 conforme cálculo abaixo:

Desvio Padrão: grau de dispersão das notas em relação à Média Geral.

Fórmula para cálculo do Desvio Padrão:

$$DP = \sqrt{\frac{\sum (X - MG)^2}{N}}$$

Onde:

DP= Desvio Padrão

X= Média do Curso

N= Número de casos (Cursos)

MG= Média aritmética das Médias dos Cursos (9,2+17,4+28,2+...+58,7)/10

$$\sum (X - MG)^2 = \text{Somatório dos desvios elevado ao quadrado}$$

Cálculo da Média Geral:

$$MG = \frac{385,8^*}{10^*} = 38,58 \cong 38,6$$

*385,8 = Total de X (conforme letra b na tabela abaixo)

* 10 = número de cursos

b) Outros cálculos necessários:

Cursos	X	$X - MG$	$(X - MG)^2$
1	9,2	$9,2 - 38,6 = -29,4$	$-29,4 * -29,4 = 864,36$
2	17,4	$17,4 - 38,6 = -21,2$	$-21,2 * -21,2 = 449,44$
3	28,2	$28,2 - 38,6 = -10,4$	$-10,4 * -10,4 = 108,16$
4	35,6	$35,6 - 38,6 = -3,0$	$-3,0 * -3,0 = 9,0$
5	40,2	$40,2 - 38,6 = 2,56$	$1,6 * 1,6 = 2,56$
6	41,9	$41,9 - 38,6 = 10,89$	$3,3 * 3,3 = 10,89$
7	48,6	$48,6 - 38,6 = 10,0$	$10,0 * 10,0 = 100$
8	50,7	$50,7 - 38,6 = 12,1$	$12,1 * 12,1 = 146,41$
9	55,3	$55,3 - 38,6 = 16,7$	$16,7 * 16,7 = 278,89$
10	58,7	$58,7 - 38,6 = 20,1$	$20,1 * 20,1 = 404,01$
Tot.	385,8		$\sum = 2373,72$

c) Aplicação da fórmula:

$$DP = \sqrt{\frac{2373,72}{10}}$$

$$DP = \sqrt{\frac{\sum (X - MG)^2}{N}}$$

$$DP = 15,4068$$

$$DP \cong 15,4$$

$$DP = \sqrt{237,372}$$

d) A partir da média geral (MG) e do desvio padrão (DP) são calculados os pontos que delimitam as faixas.

$$MG - DP = ?$$

$$38,6 - 15,4 = 23,2$$

$$MG - 50\%DP = ?$$

$$38,6 - 7,7 = 30,9$$

$$MG + 50\%DP = ?$$

$$38,6 + 7,7 = 46,3$$

$$MG + DP = ?$$

$$38,6 + 15,4 = 54,0$$

e) A escala para distribuição dos conceitos nas faixas será a seguinte:

Conceito A = acima ou igual a 54,0

Conceito B = de 46,3 (inclusive) até 54,0

Conceito C = de 30,9 (inclusive) até 46,3

Conceito D = de 23,2 (inclusive) até 30,9

Conceito E = abaixo ou igual a 23,2

f) Com a escala a distribuição ficará da seguinte forma:

Curso	Média do Curso	Conceito do Provão
Curso 01	9,2	E
Curso 02	17,4	E
Curso 03	28,2	D
Curso 04	35,6	C
Curso 05	40,2	C
Curso 06	41,9	C
Curso 07	48,6	B
Curso 08	50,7	B
Curso 09	55,3	A
Curso 10	58,7	A

Na realidade, o ponto de partida do novo critério de acordo com o INEO (2001) é a média geral de cada área. A partir dela e da dispersão das médias dos cursos, é calculado o desvio-padrão, permitindo a construção de uma escala de valores para a distribuição dos desempenhos dos cursos.

Com base na média geral e no desvio-padrão, a classificação dos cursos ficará da seguinte forma:

Conceito C - aos cursos que tiverem seu desempenho no intervalo de meio desvio-padrão em torno da média geral;

Conceito B - aos cursos cujo desempenho estiver no intervalo entre meio (inclusive) e um desvio-padrão acima da média geral;

Conceito A - aos cursos com desempenho acima de um desvio-padrão (inclusive) da média geral;

Conceito D - aos cursos cujo desempenho estiver no intervalo entre meio (inclusive) e um desvio-padrão abaixo da média geral;

Conceito E - aos cursos com desempenho abaixo de um desvio-padrão (inclusive) da média geral.

7 - O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SENDO AVALIADO PELO PROVÃO

O mundo da educação é essencialmente competitivo, pois dele depende a resposta da qualidade para os setores da economia, da indústria, da política, da sociedade como um todo.

AMADO (2001) diz que as empresas lutam pela marca ISO da qualidade total, a política busca profissionais de suma competência para gerir os destinos das nações, o mercado financeiro está nas mãos de quem o conhece a fundo; o mundo globalizado exige cada vez mais profissionalismo de ponta e recusa a mediocridade. A qualificação acadêmica entra na competição técnico-profissional.

Segundo SOUZA (2000: 53) nenhum programa, nenhuma política de desenvolvimento tem sucesso hoje se não levar em conta a necessidade, sempre urgente, da formação de profissionais altamente qualificados e em permanente aprendizado. O Brasil precisa, cada vez mais, de gente capacitada a gerir e fazer funcionar os novos meios de produção que aparecem todos os dias. Esse profissional só pode ser formado em centros de ensino e pesquisa muito bem qualificados e criticamente fiscalizado.

Este momento é mais que oportuno para que os estudantes de Ciências Contábeis recebam mais informações sobre a consciência profissional, pois de acordo com MARTINS (2000: 9) são passadas poucas informações que o futuro contador deveria ter. Diz ainda que este é um assunto pouco estudado nos cursos de graduação no Brasil. Acha que só agora é que as escolas estão se preocupando com isto, pois a Contabilidade envolve pessoas com interesses conflitantes, que têm o poder de informação em mãos.

A qualidade do trabalho e a eficácia do funcionamento da Contabilidade têm por objetivo o fornecimento de informações que vão servir de lastro para a tomada de decisões que dizem respeito a um grande universo de alternativas. E para que essas decisões tragam prosperidade à sociedade KOLIVER (2000: 9), diz que é necessário que exista, por parte das empresas tomadoras de serviços e dos órgãos públicos que utilizam o trabalho dos profissionais, confiança e garantia de que a Contabilidade tenha habilidade suficiente para fazer um bom trabalho. Para isso, são necessários profissionais capazes.

CAMARGO (1998: 71) comenta que a contabilidade constitui a coluna vertebral do sistema de análise e informação de qualquer entidade, seu manuseio adequado a converter em instrumento fundamental e imprescindível para o planejamento, a organização, a direção, o controle e a avaliação de uma empresa. É base para tomada de decisões e para projetos futuros. Diz também que está a cargo da universidade a formação acadêmica.

O sistema educacional moderno, como diz SOUZA (2000: 53) vai formar cidadãos na sua plenitude. Cidadãos bem formados vão gerar uma elite dirigente mais capaz de trabalhar pelo desenvolvimento do país com verdadeiro espírito público, um empresariado consciente do papel social de suas organizações e trabalhadores preparados para os desafios do mercado.

A sociedade tem o direito de exigir a competência de um contador que propõe o compromisso da ocupação profissional, isto é, que reúna os conhecimentos exigidos pela profissão e que possa aplicar esses conhecimentos nos problemas práticos e disponha de soluções profissionais para os problemas técnicos do seu trabalho.

O Provão dará oportunidade de corrigir o que está errado e ajustar o que está desajustado. É uma forma prática de mostrarmos, como diz CAMARGO (1998: 71) que a

contabilidade não se resume em debitar e creditar e que, para chegarmos aonde deveremos chegar, há um caminho cultural e técnico.

Hoje, o Exame Nacional de Cursos é usado como referência até no mercado de trabalho na hora de escolher um candidato a emprego, muitas empresas usam o Provão como uma espécie de credencial na hora da seleção.

Para o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, o Provão irá propiciar uma radiografia da qualidade dos cursos, possibilitando a definição de ações para mudanças. Diz ele: "a inclusão no exame é de fundamental importância para a categoria, pois vai ajudar a reorientar e subsidiar os cursos, aproximando-os das necessidades da sociedade".

Assim é a realidade. Aqueles que desenvolvem a auto-estima, aqueles que têm projetos estimulantes, aqueles que acreditam que superarão etapas e para isso se preparam realmente, terão êxito. Sejam quais forem os desafios que a vida lhes reserva, certamente vencerão. Nota 'A' não é questão de prova, e sim de cabeça (RODRIGUES, 2001: 42)

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto provocado pelo Provão no Ensino Superior já ultrapassa os limites acadêmicos e está chegando às empresas. Em inúmeras cidades, de acordo com o INEP (2001: 3) os especialistas em seleção pessoal estão querendo saber como foi o desempenho dos candidatos a empregos no ENC e qual o conceito conquistado pela instituição onde estudaram e qual seu desempenho individual.

Portanto, o Provão pode ser utilizado como mais um instrumento poderoso de gestão, à medida que se deve procurar o acompanhamento sistemático dos resultados e alocar recursos, internamente, da melhor forma possível, para manter os bons resultados ou melhorar os resultados insuficientes.

Com base nos resultados do Provão, as instituições podem, entre outras coisas, repensar seus projetos acadêmicos e comparar seu desempenho em relação às médias nacional e estadual. Como diz CASTRO (2001: 33), podem, também, balizar seu currículo em relação àquilo que as comissões de cursos estão propondo e que o Conselho nacional está discutindo, no que se refere às diretrizes curriculares. As informações do Provão

forneçam, ainda, boas indicações sobre o que o MEC e a SESU estão fazendo em relação às políticas de ensino superior. É possível acompanhar a evolução do desempenho dos alunos dos cursos ao longo dos anos e, o que é mais importante, as instituições podem investir na melhoria da qualidade dos cursos avaliados.

O passo inicial já foi dado. Inegavelmente, como diz Yamashita (2000), este é um instrumento que está movimentando bastante os bastidores e também o palco das instituições de ensino superior que, inclusive, vêm-se forçadas até a ter que alterar traços de sua cultura e filosofia de trabalho.

Referências bibliográficas

INEP:www.inep.gov.br

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Exame Nacional de Cursos: relatório-síntese 2000*. Brasília: O Instituto, 2000.

MEC/INEP. Seminário de Avaliação da Educação Superior: a experiência do Reimo Unidos e do Brasil em debate. *Série Documental EVENTOS*, caderno 10. Brasília - DF, agos/2000.

MEC. *Revista do Provão*. Brasília, 2001, nº 6.

MEC. *Revista do Provão*. Brasília, 2000, nº 5.

RODRIGUES, G.M. O que aprendi hoje. *Revista Ensino Superior*. São Paulo: nº 29, p.42, fev, 2001,

SCHWARTZMAN, S. *O contexto social e político da avaliação de ensino superior*. Núcleo de pesquisas sobre o ensino superior/Universidade de São Paulo, Documento de trabalho 3/90,1990.

SOBRINHO, J.D. RISTOFF, D.I. *Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Insular. Florianópolis -SC. 2000.

SOUZA, P. R. MEC muda os critérios do provão. Folha de São Paulo, 20/03/2001.

YAMASHITA, S. S. *Efeitos do exame Nacional de Cursos sobre Instituições particulares de ensino*. Núcleo de pesquisas sobre o ensino superior/Universidade de São Paulo, Documento de trabalho 4/00, 2000.

Agradeço as proveitosas colaborações da prof. Dra. Elisabeth Caldeira e Cristhiano Bossardi de Vasconcellos da UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí